



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

REUNIAO DE 17 DE JUNHO DE 2020

INFORMAÇÃO

Sobre a discussão dos [PJR 439|XIV|1 \(BE\)](#) - *Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público*; [PJR 448|XIV|1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19*; [PJR 452|XIV|1 \(PEV\)](#) - *Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta*; [PJR 476|XIV|1 \(NInsc\)](#) - *Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estímulo à Mobilidade Ativa*; [PJR 499|XIV|1 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas* e [PJR 505|XIV|1 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que reforce os incentivos do Estado ao uso das bicicletas*

1. Em 12.05.2020, o **Grupo Parlamentar do BE** tomou a iniciativa de apresentar o [PJR 439|XIV|1 \(BE\)](#) - *Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público* que foi admitido e baixou, em 13.05.2020, à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.
2. Em 12.05.2020, o **Grupo Parlamentar do PAN** tomou a iniciativa de apresentar o [PJR 448|XIV|1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19* que foi admitido e baixou, em 13.05.2020, à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.
3. Em 13.05.2020, o **Grupo Parlamentar do PEV** tomou a iniciativa de apresentar o [PJR 452|XIV|1 \(PEV\)](#) - *Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta* que foi admitido e baixou inicialmente à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação. Em 22.05.2020, a pedido do proponente, foi alterado do despacho de Sua Excelência, o Presidente



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

da Assembleia da República, tendo baixado à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.

4. Em 26.05.2020, a **Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira** tomou a iniciativa de apresentar o **PJR 476|XIV|1 (NInsc)** - *Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estímulo à Mobilidade Ativa*, que foi admitido e baixou, em 27.05.2020, à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.
5. Em 29.05.2020, o **Grupo Parlamentar do PSD** tomou a iniciativa de apresentar o **PJR 499|XIV|1 (PSD)** - *Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas* que foi admitido e baixou, em 03.06.2020, à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.
6. Em 02.06.2020, o **Grupo Parlamentar do PS** tomou a iniciativa de apresentar o **PJR 505|XIV|1 (PS)** - *Recomenda ao Governo que reforce os incentivos do Estado ao uso das bicicletas* que foi admitido e baixado, em 03.06.2020, à Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território para discussão.
7. As iniciativas foram discutidas conjuntamente ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, em reunião da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território realizada em 17 de junho de 2020, tendo apresentado os respetivos projetos os Senhores **Deputado Nelson Peralta (BE)**, **Deputada Cristina Rodrigues (PAN)**, **Deputada Mariana Silva (PEV)**, **Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc)**, **Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD)** e **Deputado José Manuel Carpinteira (PS)**.
8. O Senhor **Deputado Nelson Peralta (BE)** procedeu à apresentação do **PJR 439|XIV|1 (BE)** - *Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público*, considerando que o espaço urbano do país está organizado em função do automóvel, com as consequências nocivas para o ambiente e para a saúde pública que se conhecem decorrentes desse uso excessivo, nomeadamente pelas emissões de CO2, falta de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

espaço para circulação de pessoas e outros meios de transporte não poluentes, e desproteção dos utilizadores mais vulneráveis. A bicicleta foi declarada pela OMS como solução a adotar por todos os países com vantagens para a saúde pública mas, no entanto, as melhores práticas internacionais não se encontram ainda implementadas em Portugal. O Ministério do Ambiente deveria adotar uma ação proactiva, ao invés de aguardar as iniciativas das autarquias, que devem ser parceiros ativos do Governo mas não ter a seu cargo todas as incumbências dessa implementação. Nessa perspetiva, o Grupo Parlamentar do BE propõe que o Governo, em articulação com as autarquias locais, crie um plano de ação de medidas rápidas, seguras e de custo reduzido que incentivem os modos ativos de transporte e que elenca do projeto de resolução; que garanta a concretização do disposto no artigo 284.º do Orçamento do Estado para 2020 (plano para a intermodalidade da bicicleta nos transportes públicos); reforce a intermodalidade; retome o transporte de bicicletas nos comboios com medidas que garantam a segurança sanitária; Determine a gratuitidade dos sistemas públicos de bicicletas partilhadas; crie um programa de incentivos financeiros às deslocações pendulares em bicicleta, entre outras medidas.

9. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues (PAN) procedeu à apresentação do [PJR 448|XIV|1 \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19*, começando por referir que é urgente a utilização de meio de transporte ativos que têm, simultaneamente, impactos muito positivos no combate às alterações climáticas, na qualidade do ar e na saúde humana. Pelos perigos acrescidos de contágio na utilização de transportes coletivos a pandemia por Covid-19 veio acentuar a importância destes meios ativos de transporte e a necessidade da sua promoção. Apesar da aprovação em 2019 da “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030”, o país está em penúltimo lugar europeu na percentagem da população que usa a bicicleta como principal modo de transporte e dispõe de apenas cerca de 2 mil km de ciclovias, face ao objetivo de cerca de 10 mil km de ciclovias assumido na Estratégia. Assim, o Grupo Parlamentar do PAN apresenta um conjunto de recomendações ao Governo, entre as quais se destacam a concretização e calendarização de medidas, no âmbito da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030, até ao final de 2020; a constituição de um grupo de trabalho, para a elaboração de um guia de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

recomendações e orientações, dirigidas às administrações locais; a criação de ciclovias temporárias, com prioridade aos principais eixos de deslocações; o estabelecimento de planos de urgência de estímulo à mobilidade em bicicleta.

10. A Senhora Deputada Mariana Silva (PEV) apresentou o [PJR 452|XIV|1 \(PEV\)](#) - *Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta* sublinhando a relevância do Governo concretizar a “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030”, aprovada em 2019, acelerando-a e adaptando-a às atuais preocupações resultantes do surto de Covid 19, pois esta Estratégia pode ser um importante contributo para melhorar a vida dos cidadãos no decurso desta crise de saúde pública. A confiança nos transportes coletivos públicos conquistada pelo passe social único tende a regredir, pelo que se mostra crucial que o Governo tome medidas para assegurar no desconfinamento transportes públicos seguros, higienizados, capazes de devolver aos cidadãos a confiança na sua utilização. Verifica-se, contudo, que a retirada de carreiras e ainda não foi integralmente reposta, o que condiciona a mobilidade de muitos cidadãos. Não sendo aceitável que o automóvel se torne a única forma de deslocação segura no quadro da pandemia, o Grupo Parlamentar do PEV propõe que o Governo dê passos importantes para descarbonização como sejam: o reforço temporário da oferta de carreiras e horários; o alargamento da abrangência do passe social único a todo o território nacional; a implementação da “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030”, de modo a acelerar a sua concretização e a incentivar os cidadãos para a utilização da bicicleta como modo alternativo de transporte. Concluiu dizendo que investir na mobilidade suave e no transporte público é uma aposta “tripla”, com vantagens para o ambiente, para a saúde pública e para a economia.

11. A Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc) apresentou o [PJR 476|XIV|1 \(NInsc\)](#) - *Recomenda ao Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estímulo à Mobilidade Ativa* começando por sublinhar que esta iniciativa contém objetivos muito específicos sobre a bicicleta. Todavia, no cenário concreto originado pela emergência sanitária, as populações mais vulneráveis não são as que se deslocam de bicicleta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

(há uma economia política do uso da bicicleta), pelo que o enfoque deve também estar no reforço do transporte coletivo. Na presente fase de desconfinamento não estão a ser cumpridas as Recomendações Específicas para Transportes Públicos Coletivos (documento nr. 027/2020) da DGS, nomeadamente a necessidade de evitar aglomerados nos terminais e nos veículos; o distanciamento físico não está a ser assegurado, nem está a verificar-se a redução da lotação máxima por veículo. Importa também que o Governo tome medidas como alargar o passe social único a todo o território nacional, reforçar a intermobilidade através do acesso gratuito de bicicletas aos transportes, instituindo um plano urgente de estímulo à mobilidade ativa que inclua, entre outros pontos, encerramento de ruas à mobilidade automóvel, desobstrução de passeios, benefícios fiscais à compra e uso de bicicleta (“bike-to-work”) e transportes coletivos. Finalmente que o Governo antecipe a implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030.

12. Seguiu-se intervenção do Senhor **Deputado Hugo Patrício Oliveira (PSD)** que apresentou o **[PJR 499|XIV|1 \(PSD\)](#)** - *Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas, considerando que mobilidade ativa implica visão holística da cidade em todas as suas dimensões, nomeadamente devolvendo o espaço público aos peões, ampliando lugares de permanência e vivência urbana, num modelo que permita habitar e viver as praças e os parques verdes de proximidade. A atual crise sanitária trouxe um novo olhar sobre o espaço urbano, no qual as zonas de utilização pedonal e ciclovias ampliadas por motivo do covid, desempenham um papel crucial para as pessoas que vivem nas cidades, como acontece em muitas cidades europeias neste momento. Afirmou que esta pandemia trouxe a necessidade de repensar as cadeias de deslocação, para aplanar os picos de hora de ponta e rever os horários de trabalho que pedrão vir a ser desfasados e fazendo menção a necessidade do recurso a mais teletrabalho. Destacou ainda a importância de aplicar as boas práticas de logística urbana. Referiu ainda que o planeamento urbanístico não pode ser casuístico e que os planos de mobilidade urbana sustentável determinados pela UE através do Guião dos SUMP ainda não foram implementados em Portugal. Sendo o sector de transportes responsável por 30% das emissões de CO₂, para ter sucesso na implementação da mobilidade suave e no combate às*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

alterações climáticas referiu que este seria é o caminho para obter a tão procurada neutralidade carbónica. Por todas estas razões, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que seja recomendado ao Governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-Covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas, designadamente através da adoção de medidas de emergência, concedendo as condições técnicas e financeiras necessárias para as autarquias elaborarem o Plano de Medidas Ágeis de Mobilidade e Urbanismo Covid-19, de medidas de maior articulação e intermodalidade entre os diversos modos de transporte e ainda através da articulação e colaboração com as autarquias, legislando sobre a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana Sustentável.

13. Concedida a palavra ao Senhor **Deputado José Manuel Carpinteira (PS)** para apresentação do **PJR 505|XIV|1 (PS)** - *Recomenda ao Governo que reforce os incentivos do Estado ao uso das bicicletas*, foi mencionado que a promoção da utilização da bicicleta como modo de deslocação citadina tem um significativo contributo para um desenvolvimento sustentável, sendo um modo ativo e alternativo nas deslocações urbanas e contribuindo de forma positiva para alterar as condições de conforto e qualidade do ambiente urbano ao mesmo tempo que se alcançam objetivos estratégicos de sustentabilidade, reduzindo o uso excessivo do transporte individual motorizado. A mobilidade suave contribui para a sustentabilidade ambiental e está em linha com o Programa de Governo para atingir a neutralidade carbónica em 2050, que destaca a sustentabilidade ambiental, a transição energética e a valorização territorial como objetivos de políticas para tornar a sociedade e a economia portuguesas mais resilientes e preparadas para os desafios climáticos das próximas décadas. O Governo aprovou a “Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030”, vindo agora o Grupo Parlamentar do PS propor ao Governo que acelere a sua execução e, entre outras medidas, considere apoiar a criação de planos de mobilidade sustentável por parte de grandes polos atratores ou geradores de deslocações e pondere a definição e desenvolvimento de uma Rede Nacional de Infraestruturas Cicláveis, incluindo a definição de infraestruturas de âmbito internacional, nacional, regional/intermunicipal e local, promotora da mobilidade suave contínua, conexa, segura e inclusiva.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

14. Na ronda de intervenções, a Senhora **Deputada Alma Rivera (PCP)** transmitiu que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha a necessidade de estimular modos de transporte menos poluentes e aumento qualidade de vida, mas não pode deixar passar incólume a necessidade de transportes públicos de qualidade, assinalando as dificuldades que têm sido percecionadas pelos utilizadores e trabalhadores desses transportes. Recordou que 15 a 20% da população utiliza mais de um transporte para chegar ao local de exercício atividade, pelo que criar acesso a ciclovias e facilitar o uso bicicletas é positivo, mas não dispensa a responsabilidade política de criação das condições necessárias nos transportes coletivos.
15. Intervieram os Senhores **Deputado Nelson Peralta (BE)**, considerando que os transportes públicos e os meios ativos de transporte devem ser prioridade do país e que o Bloco tem apresentado propostas nesse sentido; **Deputado Ricardo Pinheiro (PS)**, que recordou que os recentes progressos com parceiras público-privadas nos transportes coletivos; **Deputado Hugo Patricio Oliveira (PSD)**, que frisou que o exercício do planeamento urbanístico transporta a necessidade de olhar para a cidade como espaço de vivência integral e de revitalização dos centros históricos; **Deputada Joacine Katar Moreira** que reforçou que a sua iniciativa faz a apologia da bicicleta, numa visão de futuro, mas a perspetiva é, no âmbito da atual crise sanitária, contribuir para o reforço de transportes utilizados pela população mais vulnerável, o que não é incompatível com o incentivo à micromobilidade.
16. A apreciação e debate foi gravada em áudio, encontrando-se disponível para consulta no link http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200617_VC.mp3 dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, e fazendo parte integrante da presente informação.
17. Concluída a discussão, os **PJR 439|XIV|1 (BE)** - *Incentivo aos modos ativos de transporte durante e após o período de pandemia para a proteção do ambiente e do espaço público*; **PJR 448|XIV|1 (PAN)** - *Recomenda ao Governo que promova os meios ativos de transporte, durante e após a crise da Covid-19*; **PJR 452|XIV|1 (PEV)** - *Garantia de aumento da oferta de transportes públicos, em época de desconfinamento, e aceleração da concretização da estratégia nacional para a utilização da bicicleta*; **PJR 476|XIV|1 (NInsc)** - *Recomenda ao*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO,

XIV Legislatura - 1.ª Sessão Legislativa

*Governo o aumento da oferta de transportes públicos e implementação de Plano Urgente de Estimulo à Mobilidade Ativa; **PJR 499|XIV|1 (PSD)** - Recomenda ao governo o incentivo ao planeamento da mobilidade e urbanismo, durante e no pós-covid, para a resiliência das vilas e cidades portuguesas e **PJR 505|XIV|1 (PS)** - Recomenda ao Governo que reforce os incentivos do Estado ao uso das bicicletas encontram-se em condições de poderem ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República, pelo que se remete a presente informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República.*

O Presidente da Comissão,


(José Maria Cardoso)